



Perigo no

PERNAMBUCO: ACORDO REDUZ CONTAMINAÇÃO DE ALIMENTOS



A quarta reportagem da série Perigo no prato mostra que um termo de ajustamento de conduta (TAC) estabeleceu nova postura no combate ao uso irregular de agrotóxicos em Pernambuco. No RS, o mesmo tipo de acordo não atingiu o objetivo de diminuir a utilização inadequada em alimentos comercializados na Ceasa.

CARLOS ROLLING
carlos.rollsing@zerohora.com.br

FÁBIO ALMEIDA
fabio.almeida@rbstv.com.br

HUMBERTO TREZZI
humberto.trezzi@zerohora.com.br

JENIFFER GULARTE
jeniffer.guarte@diariogaucha.com.br

JOSÉ LUIS COSTA
jose.luis.costa@zerohora.com.br



Resultados preocupantes em amostras de tomate, mamão e morango coletadas para o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (Para) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) poderiam ter sido encarados como mera estatística em Pernambuco. Os dados obtidos em 2002, no entanto, motivaram uma nova postura no combate ao uso irregular de agroquímicos naquele Estado.

Por meio de um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o Ministério Público (MP), os supermercados começaram a fazer mensalmente testes laboratoriais de hortifrutigranjeiros para verificar o controle de qualidade. O acordo prevê o envolvimento de grandes redes e que cada uma banque as avaliações.

– Entendemos que os supermercados são responsáveis pelo que colocam à venda – explica o diretor da Agência Pernambucana de Vigilância Sanitária (Apevisa), Jaime Brito de Azevedo.

O pacto começou com oito supermercados. Hoje, abrange quatro grandes redes e a Ceasa pernambucana, por onde passam 90% dos hortifrúts consumidos por lá. Nos supermercados, são coletadas 30 amostras por ano; na Ceasa, 20 por mês.

No Rio Grande do Sul, um TAC firmando em 2012 entre MP, Ceasa, órgãos de vigilância sanitária do Estado e do município de Porto Alegre previa até 20 análises mensais, mas, desde a assinatura, nunca atingiu a meta e o objetivo de reduzir o uso inadequado de agro-

tóxicos nos alimentos vendidos na maior central de distribuição gaúcha. Testes realizados para o Grupo de Investigação da RBS (GDI) comprovaram contaminação em quase metade das 20 amostras colhidas na Ceasa em setembro. A reportagem mostrou que as punições previstas no acordo não são aplicadas.

ARRECAÇÃO DE TARIFA PEQUENA GARANTE CUSTEIO DOS TESTES

Segundo o diretor técnico e operacional da Ceasa de Pernambuco, Paulo de Tarso, quando o TAC foi estabelecido, 70% das amostras tinham agrotóxicos acima do permitido ou proibidos para a cultura. Hoje, o número caiu para 20%. Com o rigor, ele afirma que os produtores e as cooperativas também começaram a rever suas práticas:

– São 80% dos produtos aptos. E um trabalho contínuo e que, se você relaxar ou abrir mão, tende a voltar ao que era.

Cada veículo que chega à Ceasa paga taxa de R\$ 1 para ingressar no local, e o dinheiro é usado para bancar os exames nos alimentos.

– Se for encontrado algum índice insatisfatório, o produtor é proibido de entrar na Ceasa. Se a Ceasa não cumprir a regra, paga multa de R\$ 1 mil por dia – acrescenta Azevedo.

Promotor de Justiça do Consumidor de Recife, Mavial de Souza Silva classifica a Ceasa como a principal